

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 002/2022, de 23 de fevereiro de 2022.

“Orienta a aplicação dos Art. 81 § 12 e Art. 81 – C, da Lei Municipal n.º 2.794/2008, quando da aprovação de projetos.”

O Secretário de Planejamento e Gestão Orçamentária (SPU), em conjunto com a Diretora de Análise e Projetos da SPU, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Orgânica do Município de Balneário Camboriú, em seu Artigo 82, inciso II, que diz: “Além das atribuições fixadas em lei, compete aos Secretários, Diretores e chefes: II - expedir instruções para a boa execução das leis, decretos e regulamentos”;

Considerando a Lei Municipal n.º 2.798, de 29 de fevereiro de 2.008, no seu Anexo “C” - Atribuições dos cargos criados de provimento em comissão da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, constantes do Anexo I da Lei 1.068, de 01 de julho de 1991, no qual indica a atribuição do Secretário de Planejamento e Gestão Orçamentária, dentre outras: “6) Exercer a coordenação e supervisão dos sistemas de departamento, na esfera de suas atribuições”;

Considerando a Lei Municipal n.º 1.069, de 09 de julho de 1991, que “Dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Carreira dos Funcionários Públicos Cíveis da Administração Direta, Fundacional e Autárquica do Município de Balneário Camboriú, e dá outras providências.”, em seu Artigo 195, incisos I, II, III e V, no qual indica que “São deveres do funcionário: Preservar os princípios, ideais e fins do serviço público; Executar as atribuições inerentes ao cargo; Promover a exatidão Administrativa; Manter espírito de cooperação, solidariedade, urbanidade e discrição”;

Considerando que há, no momento, vários projetos que estão parados aguardando resolução no que diz respeito a aplicabilidade dos dispositivos constantes do Art. 81 §12 e Art 81- C da Lei 2794/2008, considerando as suas alterações por legislação posterior, se faz necessário um entendimento claro e com segurança jurídica na tomada de decisão nas análises dos projetos;

Considerando o Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município, de 01 de outubro de 2021, emitido através do Memorando 3 – 39.982/2021, o qual orienta quanto a aplicabilidade dos Art. 81 § 12 e Art. 81 – C, da Lei Municipal n.º 2.794, de 14 de janeiro de 2008;

Considerando que não houve revogação expressa do §12, do art. 81, da Lei Municipal n.º 2.794/2008 pela Lei Complementar Municipal n.º 23/2018, eis que o seu art. 5º (que

“BALNEÁRIO CAMBORIÚ - CAPITAL CATARINENSE DO TURISMO”

alterou o art. 81 daquela lei e nela incluiu os arts. 81-A a 81-D), não trouxe qualquer alteração expressa no aludido parágrafo;

Considerando que a diferença entre os aludidos dispositivos reside exclusivamente quanto às suas condições ou consequências, visto que, enquanto o inciso I do §12 do art. 81 pressupõe que os empreendimentos que se utilizarem do benefício previsto no §12 contarão com um pavimento de lazer, podendo nele destinar até 50% da respectiva área para vagas de estacionamento coberto, o §2º do art. 81-C condiciona a utilização do benefício conferido pelo respectivo caput à adoção de uma das seguintes opções: (a) implantação de um pavimento exclusivo de lazer, limitada a área coberta deste pavimento à taxa de ocupação da torre; (b) implantação de um pavimento composto por área de lazer e área de unidades residenciais (estando esta última limitada a até 50% da taxa de ocupação permitida), acrescidas a cada área, de forma proporcional, a parcela de área descoberta do referido pavimento.

Considerando que o benefício instituído tanto pelo §12 do art. 81 quanto pelo art. 81-C constitui mera faculdade conferida ao empreendedor, não há como considerar que o segundo revogou o primeiro, eis que ambos tratam o benefício como opcional, cabendo ao interessado eleger aquele que lhe seja mais conveniente, estando ciente das diferenças quanto às consequências de cada um, de modo que: (a) optando pela utilização do benefício previsto no §12 do art. 81, poderá destinar até 50% da área do pavimento de lazer para vagas de estacionamento coberto; (b) optando pela utilização do benefício previsto no §2º do art. 81-C, poderá escolher entre implantar um pavimento exclusivo de lazer ou implantar um pavimento composto parte por área de lazer e parte por área de unidades residenciais, observando-se os respectivos limites estabelecidos;

Considerando a necessidade de segurança jurídica e entendimento claro sobre a aplicação dos dispositivos mencionados acima.

INSTRUEM:

Art. 1º Os projetos de edificações, em terreno com área acima de 300,00 m², que se utilizarem do benefício do art. 81, § 12, contarão com um pavimento de lazer, podendo nele destinar até 50% da respectiva área para vagas de estacionamento coberto, incluindo as áreas de circulação e a rampa de acesso de veículos.

Art. 2º A aplicação do dispositivo do § 2º do art. 81 – C, fica condicionada a utilização do benefício conferido pelo respectivo caput à adoção de uma das seguintes opções:

I - implantação de um pavimento exclusivo de lazer, limitada a área coberta deste pavimento à taxa de ocupação da torre, sendo todo pavimento área de uso comum; ou

II - implantação de um pavimento composto por área de lazer e área de unidades residenciais (estando esta última limitada em até 50% da taxa de ocupação permitida), observando a Quantidade Máxima de Unidades, acrescidas a cada área, de forma proporcional, a parcela de área descoberta do referido pavimento.

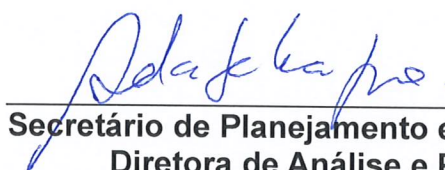
Art. 3º O benefício instituído, tanto pelo §12 do art. 81 quanto pelo art. 81 – C, constitui mera faculdade conferida ao empreendedor, sendo um benefício opcional, cabendo ao interessado eleger aquele que lhe seja mais conveniente, estando ciente das diferenças quanto às consequências de cada um, de modo que:

I - optando pela utilização do benefício previsto no §12 do art. 81, poderá destinar até 50% da área do pavimento de lazer para vagas de estacionamento coberto;

II - optando pela utilização do benefício previsto no §2º do art. 81-C, poderá escolher entre implantar um pavimento exclusivo de lazer ou implantar um pavimento composto parte por área de lazer e parte por área de unidades residenciais, observando-se os respectivos limites estabelecidos.

Parágrafo único – O empreendedor deverá fazer a opção de forma expressa no ato de protocolo da análise do projeto.

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.



Secretário de Planejamento e Gestão Orçamentária
Diretora de Análise e Projetos da SPU
Adeltraut Zoschke Schappo